

MERVAL PEREIRA



Li Xing

• A crise política que se abateu sobre o Partido Comunista chinês em março, quando uma de suas principais estrelas, Bo Xilai, que comandava a megacidade Chongqing, foi afastado, tem origem em uma disputa em torno da relevância de uma característica subjetiva chinesa que faz parte hoje do ideário do Comitê Central, resgatada nos últimos anos depois de ter sido menosprezada pelo camarada Mao e sua Revolução Cultural, que Bo Xilai queria reviver como parte de um projeto político oposto ao que está em vigor no país há 30 anos.

Ele era um dos fortes candidatos ao órgão máximo do Partido Comunista, o Comitê Central, que deve ser renovado proximamente, e foi superado pela visão hegemônica no país que a tradição do *Li Xing* deve orientar o crescimento econômico.

Coube ao professor Tong Shijun, vice-presidente da Academia de Ciências Sociais de Xangai, trazer para o debate essa tradição viva chinesa que o filósofo inglês Bertrand Russel classificou em seu famoso livro “The problem of China” (“O problema da China”), de 1922, como a característica mais importante do espírito chinês: a “razoabilidade”, que para o filósofo chinês Liang Shuming não é simplesmente uma atitude, um comportamento, ou um modo de pensar típico da cultura chinesa, mas sobretudo alguma coisa profundamente enraizada no coração do povo chinês, e, nesse sentido, sagrada.

Para Bertrand Russel, “os chineses almejam ser requintados na arte e razoáveis na vida”. Esse conceito, que tem suas origens no confucionismo, foi sufocado no período de Mao Zedong e o professor Shijun chamou a atenção para o fato de que nos oito volumes dos escritos de Mao o *Li Xing* aparece uma única vez, e assim mesmo de maneira pejorativa: “Seres humanos são antes de mais nada animais sociais e não devemos seguir a burguesia enfatizando a importância do *Li Xing* para os humanos”.

O professor Tong Shijun diz que o fim da Revolução Cultural em 1976, dando lugar a um processo de grande desenvolvimento econômico e cultural, pode ser interpretado como evidência de que a tradição do *Li Xing*, ou “razoabilidade”, prevaleceu, mas, mesmo que tenha sido assim, “é preciso perguntar por que uma nação com tamanha tradição pode ter sofrido tal falta de racionalidade e razoabilidade, e como isso pode ser evitado no futuro”.

Ele chama a atenção para fatos que vêm se sucedendo nos últimos anos e que indicariam uma tendência no Partido Comunista no sentido de manter a política de abertura.

Em outubro de 2010, a reunião do Comitê Central do Partido Comunista aprovou o programa de cinco anos para o desenvolvimento econômico e social da China que objetiva, entre outras coisas, “promover o espírito científico, fortalecer preocupações humanísticas, dar mais atenção ao aconselhamento psicológico e cultivar uma mentalidade social que seja empreendedora e progressista, pacificamente *Li Xing* e aberta tolerantemente”.

Nesse mesmo contexto, de abril a maio de 2011, o maior jornal oficial, o “People’s Daily”, publicou

uma série de artigos sob o título geral de “Dando atenção à mentalidade social” para explicar as implicações da demanda de cultivar uma mentalidade social *Li Xing*.

O professor Shijun ressaltava que merece especial atenção um dos artigos da série, sobre como começar os esforços para atingir o *Li Xing*. Ele destaca o fato de que a expressão *Li Xing* passou a ser frequentemente usada porque muitas pessoas estão se tornando o oposto da razão frente a vários problemas.

O artigo afirma que o entendimento do partido sobre a razão “alcançou um tremendo progresso nos últimos 30 anos, começando a abertura, as reformas, a aceitação de uma racionalidade econômica que favorece aos interesses pessoais, a competição e a eficiência, indo da questão individual, na ênfase em ser calmo, estável, sensível e contido, até os esforços feitos pelo partido e o governo para proteger os interesses das massas, salvaguardando a razão pública e construindo uma sociedade harmoniosa”.

Mas o artigo também admite que num país em rápida mudança como a China de hoje, que enfrenta uma situação de turbulência nunca vista em milhares de anos, nenhuma pessoa em particular pode se aventurar a ser o dono da verdade absoluta e desfrutar um sentido superior de razão e esperar ser capaz de curar a ferida da irracionalidade com o símbolo da razão.

Para completar o quadro, o professor Tong Shijun lembrou a posição de um dos fundadores do Partido Comunista chinês Li Dazhao (1889-1927), que tentou apropriar a cultura tradicional do *Li Xing* para desenvolver uma versão chinesa da democracia deliberativa.

Li citou em um artigo de 1923 um famoso conceito de Mencius (372 BC-289 BC), professor confuciano, que só perdia em importância para o próprio Confúcio, para explicar o conceito de “livre escolha”, que considerava essencial para uma democracia genuína: “Quando subjugam um homem pela força, não o dominam no coração. O submetem porque sua força não é suficiente para resistir”.

O professor Shijun ressaltou que quando desenvolvia sua sofisticada justificativa de uma moderna política legitimada pelo que Habermas mais tarde chamaria de “motivada somente pela força desarmada do melhor argumento”, Li já havia se convertido ao marxismo, segundo a historiografia oficial.

Para ele, os recentes esforços para integrar o marxismo com o confucionismo e construir uma democracia com características chinesas podem ganhar forte apoio dentro do Partido Comunista e também da escola filosófica tradicional chinesa.

Ambientalistas acham que Dilma atendeu a interesses políticos

ONGs defendiam veto total do Código Florestal e veem ruralistas beneficiados



Leonardo Guandeline
leonardo.guandeline@sp.oglobo.com.br

• SÃO PAULO. Dirigentes de entidades ambientais como Greenpeace, SOS Mata Atlântica e WWF consideraram que o veto parcial da presidente Dilma Rousseff ao Código Florestal atendeu muito mais aos interesses da base aliada do governo do que às questões ambientais. Todas defendiam o veto integral ao texto que saiu da Câmara e acham que os ruralistas foram os vencedores da batalha em torno da nova lei.

Para Márcio Astrini, coordenador da campanha da Amazônia do Greenpeace, há total falta de conhecimento no Brasil sobre o verdadeiro texto aprovado pelo governo, principalmente dos ministros que participaram ontem da apresentação. Para ele, que classificou o episódio de “teatro de ministros”, foram apresentadas apenas intenções. As alterações do código serão corrigidas por medidas provisórias e serão divulgadas junto com os vetos da presidente apenas na segunda-feira.

— O Brasil vai dormir e passar o fim de semana sem ter ideia do texto do seu Código Florestal. O veto parcial é horroroso, um remendo de um processo que já era ruim e foi todo construído em cima do desmatador, através de anistias e facilidades, sem diálogo algum com diversos setores da sociedade. Seria necessário o veto total para começar uma nova discussão — disse Astrini.

Já para Malu Ribeiro, coordenadora da Rede das Águas do SOS Mata Atlântica, a presidente Dilma ficou refém de sua base aliada, principalmente do PMDB. Para ela, o novo texto do Código, pelo que foi divulgado, é vago e dá brechas para uma série de ações judiciais. Além disso, ressalta, a anistia a todos os proprietários que desmataram áreas nas margens de rios antes de 2008 “está mantida”.

— O texto vem cheio de pegadinhas, infelizmente. Pela rápida leitura, dá para ver que a anistia está mantida em vários pontos. O Brasil caminha na contramão da história e a presidente ficou refém de sua base aliada, principalmente do PMDB — afirmou Malu.

Carta branca aos ruralistas

• Outro ponto questionado pela coordenadora da SOS Mata Atlântica diz respeito às medidas provisórias editadas para tentar recompor o projeto aprovado no Senado.

— Você dá carta branca aos mesmos ruralistas — ressaltou.

Malu disse que o texto é vago e não deixa claro, por exemplo, a questão da recuperação de matas ciliares.

— Uma das questões que não ficou esclarecida diz respeito às faixas a serem recuperadas das matas ciliares. Não ficou claro como isso será feito, como será definido, o que leva a gente a pensar numa grave crise de escassez de água e acidentes naturais, como enchentes e deslizamentos em áreas de risco.

— O governo ratifica a estrutura que foi bancada pelos interesses do setor, no caso a bancada ruralista. A ministra Izabella (Teixeira, do Meio Ambiente) disse duas vezes na apresentação que vai fazer com que o pacote resulte no texto aprovado no Senado, que estimula o desmatamento, resgata a anistia — complementou Márcio Astrini.

A organização não governamental WWF também não ficou satisfeita com o veto parcial ao projeto aprovado na Câmara.

COMO FICOU O CÓDIGO FLORESTAL



SEM ANISTIA

Áreas de preservação permanente (APP) desmatadas até 22 de julho de 2008 terão que ser recuperadas, independentemente do tamanho da propriedade



TETO PARA RECOMPOSIÇÃO DE APPs

Para propriedades de 0 a 2 módulos fiscais, a área de preservação permanente a ser recuperada, somada às demais áreas de preservação, não pode ultrapassar 10%. Em propriedades de 2 a 4 módulos fiscais, o limite é de 20%; nas grandes propriedades, não há teto, ou seja, a recuperação de áreas de preservação permanente devastadas deve ser integral.



CRÉDITO PÚBLICO

Para ter direito a financiamento público, o produtor tem cinco anos para se inscrever no Cadastro Ambiental Rural, apresentar um programa de recuperação ambiental e assinar um termo de compromisso. Se o produtor for multado por desmatamento, a multa será suspensa tão logo o produtor se inscrever no cadastro e seguir os demais passos. Mas a multa só será extinta após a completa recuperação da vegetação destruída.



ÁREAS URBANAS

A Câmara permitiu que os órgãos ambientais municipais e estaduais reduzissem o tamanho das áreas de preservação permanente nas cidades. O governo retirou essa permissão, e ficam valendo as mesmas regras das áreas rurais.



MARGENS DE RIOS

O governo criou uma regra para recuperação de acordo com o tamanho das propriedades e a largura dos rios

O que é o módulo fiscal?

É uma unidade de medida agrária usada no Brasil, varia de 5 hectares a 110 hectares de acordo com a localização

Faixas a serem recuperadas ao longo de rios com mais de 10 metros de largura

100m

4 a 10 e mais de 10 módulos fiscais: **30m a 100m**

2 a 4 módulos: **15m**

1 a 2 módulos: **8m**

0 a 1 módulo: **5m**

0 a 1 módulo: **5m**

1 a 2 módulos: **8m**

2 a 4 módulos: **15m**

4 a 10 e mais de 10 módulos fiscais: **30m a 100m**

Faixas a serem recuperadas ao longo de rios com até 10 metros de largura

Mais de 10 módulos fiscais: **30m**

4 a 10 módulos: **20m**

2 a 4 módulos: **15m**

1 a 2 módulos: **8m**

0 a 1 módulo: **5m**

0 a 1 módulo: **5m**

1 a 2 módulos: **8m**

2 a 4 módulos: **15m**

4 a 10 módulos: **20m**

Mais de 10 módulos fiscais: **30m**

FONTES: Ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e Advocacia Geral da União

Tamanho da propriedade gera polêmica

Parâmetro não ajuda pequeno produtor, e grande poderia fracionar terra

Cleide Carvalho
cleide.carvalho@sp.oglobo.com.br

• SÃO PAULO. O tratamento diferenciado para pequenos e grandes propriedades rurais nas alterações do texto do novo Código Florestal causa polêmica. Propriedades com até quatro módulos rurais, beneficiadas pelas alterações, representam 24% da área do país utilizada por atividades agrícolas e agropecuárias. Do total, 76% estão acima de quatro módulos.

O engenheiro florestal Paulo Barreto, pesquisador sênior do Imazon, afirmou que o veto parcial ao projeto do Código Florestal é insuficiente para corrigir os problemas de sua concepção, e considerou como um dos principais problemas a anistia a pequenas propriedades, que terão de recuperar menos Áreas de Proteção Permanente (APPs) do que as grandes.

— Usar o tamanho da propriedade como parâmetro para a preservação é equivocado do ponto de vista ambiental. A estrutura fundiária não é permanente. Grandes fazendeiros podem parcelar sua propriedade, subdividir a área, para obter a vantagem de recuperar uma área menor. A questão social dos pequenos produtores deve ser resolvida de outra forma, com apoio técnico e de financiamentos — afirma.

Para Barreto, as APPs à beira de rios e encostas não podem ser tratada sem critérios técnicos. A definição da área a ser protegida não deve

ser atrelada ao tamanho da propriedade.

— Não depende se a fazenda é grande ou pequena, mas do tipo de solo, da inclinação e da topografia. Do ponto de vista ambiental, é o mesmo que dizer que as pequenas indústrias não precisam filtros antipoluentes e as grandes sim.

Ouvido na última terça-feira pelo governo federal, o professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP) Ricardo Rodrigues diz que, para pequenas propriedades — cada módulo varia de 20 a 100 hectares —, de acordo com o estado, a adoção de faixa de proteção de 30 metros é extremamente impactante.

— Foi por causa do tratamento diferenciado que os ruralistas tentaram transferir o benefício a todas as propriedades. Mas o governo bancou a medida. Os pequenos precisam é de orientação técnica para que possam incluir medidas de conservação do solo e garantir que a atividade não impacte os cursos de água — afirmou.

Rodrigues descarta o fracionamento das grandes propriedades e diz que não vai ter anistia para quem desmatou até 2008.

— É como a faixa de Imposto de Renda, quem ganha mais não pode ir à Justiça pleitear uma alíquota mais baixa — comparou.

Barreto criticou ainda o fato de os agricultores em situação ambiental irregular terem mais cinco anos para obter crédito rural subsidiado:

— O Código Florestal atual já dá 30 anos para recuperar a reserva legal. Já é um prazo longo, um prêmio. Agora vem outro prêmio.

Para a entidade, a presidente deveria ter vetado todo o texto. “Para o WWF-Brasil, apenas o veto integral ao texto possibilitaria a regulamentação da lei atual com participação real da sociedade e da comunidade científica. Sem isso, o Brasil ainda corre risco de retrocesso legislativo, pois as medidas associadas ao veto precisarão novamente do aval do Congresso, aonde ruralistas vêm tentando impor retrocessos à sociedade”, diz nota divulgada pela entidade, que ainda reclama do fato de o governo não ter divulgado ontem o texto da MP nem os pontos vetados.

O presidente da Comissão de

Meio Ambiente da Câmara e ex-ministro do Meio Ambiente do governo Fernando Henrique, o deputado Zequinha Sarnay (PV-MA), foi cauteloso ao comentar as mudanças. Ele disse que faltaram explicações sobre os vetos e sobre a medida provisória que será aprovada, e que a presidente Dilma Rousseff levou mais em conta “preocupações políticas” ao escolher as mudanças para não confrontar a base parlamentar no Congresso.

— A presidente Dilma cumpriu os compromissos assumidos no segundo turno (da sua eleição). Os vetos foram ao encontro de nossas preocupações. Mas gostaríamos que o ve-

to tivesse sido total para sinalizar energia e economia de baixo consumo. O veto parcial foi feito não pelo conteúdo, mas pelas preocupações políticas de não confrontar a base do Congresso — disse Zequinha Sarnay.

O deputado acabou falando apenas em nome do PV, já que uma coletiva das entidades ambientalistas foi adiada até segunda-feira, justamente por falta de explicações sobre as decisões do governo.

Perguntado se a atitude da presidente iria melhorar a imagem do Brasil na Rio+20, respondeu:

— Melhora. Pior do que está não poderia ficar. (Colaborou: *Cristiane Jungblut*) ■